

ESTADO, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Maria Lúcia Maciel *

INTRODUÇÃO

O trabalho desenvolvido no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília nos últimos meses, com o apoio do Programa Nacional da Desburocratização, inspirou a seleção dos textos que compõem este volume.

A intenção foi escolher textos de produção recente na Universidade de Brasília que tocassem o tema Estado e Cidadania, tomado num sentido amplo e incluindo os movimentos de pressão e participação social pela conquista dos direitos da cidadania plena. Obteve-se, assim, um amplo leque de perspectivas na discussão do papel do Estado e da participação de setores diversos da sociedade, do ponto de vista político, social e econômico.

Inicia-se esta discussão com uma apresentação de perspectivas teóricas divergentes a respeito do conceito de cidadania – eixo central da discussão mais ampla –, da igualdade e do Estado de Bem-Estar. Este texto, de Potyara Amazoneida Pereira, mostra como o uso habitual – fácil e mecânico – de termos como igualdade, cidadania e direito civis pode escamotear diferenças sócio-econômicas que o Estado de Bem-Estar preserva.

Esta é uma discussão que permeia o pano de fundo dos outros trabalhos que se seguem, independentemente de suas opções teóricas.

Vicente de Paula Faleiros dá continuidade à discussão teórica, aplicando ao caso brasileiro e, especificamente, ao período de redemocratização, o debate sobre deslocamentos recentes na relação entre Estado e movimentos sociais na luta pelos direitos fundamentais do cidadão.

Vemos, nestes dois trabalhos, a visão crítica da ação do Estado e a ambigüidade das chamadas políticas públicas que se reflete nos estudos mais empíricos apresentados em seguida.

As tendências da política brasileira sucintamente apresentadas por Walder de Góes retomam, nas entrelinhas, as ambigüidades expostas de forma mais teórica nos trabalhos acima e demonstram que a conciliação entre

* Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

forças sócio-políticas conflitantes continua sendo a norma que rege a atuação do Estado brasileiro, acima e além dos deslocamentos que possam ser provocados pela sociedade civil em sua capacidade atual de organização e pressão.

Em “Sem Lenço Sem Documentos”, Mariza Peirano discute, de forma lúcida e original, a questão da simbologia do “papel” na percepção da cidadania, apontando, no caso brasileiro, para o processo contraditório da disseminação autoritária de um modelo democrático. Esse texto é extremamente relevante para qualquer discussão sobre a maneira como se constitui a idéia de “cidadania”.

Mas a identidade não é um problema apenas de documentos. Vemos, no texto de José Geraldo de Souza Júnior, como ela constitui também, e ao mesmo tempo, problema jurídico, cultural e ideológico na discussão do “lugar” da cultura afro-brasileira diante da questão da cidadania. O autor retoma a crítica ao conceito de pluralismo jurídico, mostrando que a luta por direitos de cidadania plena é um conflito que já não pode mais ser camuflado pela noção ideológica de igualdade jurídica.

A análise feita por Benício Viero Schmidt das políticas de saúde no Brasil focaliza a saúde enquanto mercadoria – a ser produzida, circulada, distribuída e consumida – e como parte das “condições gerais da produção”. Este texto toca, por este caminho, as discussões teóricas dos dois primeiros textos ao evidenciar a contradição entre o discurso que apresenta a saúde como “direito de todos” e o papel do Estado como correia transmissora de novos interesses empresariais no setor saúde.

Esta questão dos direitos do cidadão está implícita na relação entre política estatal e percepção e atuação dos trabalhadores na área rural. A política de modernização pela introdução de novas tecnologias na produção de soja e de cana-de-açúcar, segundo Vilma Figueiredo e Caetano F. de Araújo, não é derivação automática do modo de produção capitalista. Haveria espaço para os pequenos produtores rurais nas decisões de formulação e implementação de aplicações tecnológicas no Brasil sem comprometer as bases da acumulação capitalista; esta participação poderia mesmo aumentar a eficácia da articulação pesquisa/setor produtivo.

As mesmas contradições aparecem num contexto diferente e do ponto de vista da eficácia econômica das políticas estatais nos textos de Ricardo Lima – sobre políticas de emprego – e de Lívio Carvalho – sobre políticas salariais.

Todas essas questões acabam passando, mais cedo ou mais tarde, de maneira velada deformada ou direta pelos meios de comunicação. O estudo de José Salomão D. Amorim coloca em debate o controle e a pressão – do Estado e/ou da sociedade – sobre formas de comunicação que representam, por um lado, a matriz hegemônica na formação das consciências e, por outro lado, um direito do cidadão.

Embora estes textos possam parecer, à primeira vista, tratar de temas disparatados, uma leitura atenta dos conteúdos e a atenção às implicações políticas de cada questão mostram que eles se colocam todos em torno de um eixo comum: a idéia de que tanto os conceitos quanto a realidade de “cidadania”, “Estado” e “direitos” variam historicamente segundo a composição de forças de cada momento.

A contradição – ou o fosso – entre as percepções na sociedade dos direitos e necessidades do cidadão e a prática das políticas governamentais no Brasil atual é constatação comum a todos os estudos aqui apresentados, independentemente de seus pontos de partida teóricos e metodológicos.

Fica implícito – quando não está explícito – no conjunto que a cidadania plena só pode ser resultado de um processo de conquista, o qual pressupõe um grau cada vez maior de organização e conscientização da sociedade civil. Em suma, o que se coloca como meta é a cidadania conquistada numa superação histórica da “cidadania regulada”.

